

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Índios serão consultados sobre mineração, mas não vão decidir, diz ministro	2
Título: Governo não parece ansioso em obter apoio no Congresso	3
Título: Por uma Sarbanes-Oxley para a mineração brasileira	5
Título: Conversão de multas ambientais em xequê	8
Título: Novo presidente da Vale terá missão de reconstruir empresa.....	10
Título: Acionistas discutem mudanças de nomes para conselho	12
Título: Exploração de urânio será aberta a investimentos privados, diz ministro	14
Título: CSN contrata Citi para venda antecipada de US\$ 1 bi de minério.....	16
Título: Curtas	17
Título: Vale concentra atenção do investidor na volta do feriado.....	18
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	19
Título: Tente outra vez	19
Título: Empregados da Vale poderão receber menos indenizações que outras vítimas	20
Título: Ministro de Minas e Energia diz que governo avalia autorizar mineração em terra indígena	20
VEÍCULO: O Globo.....	21
Título: Contexto - Da proibição de barragens à paleontologia	21

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 06/03/2019****Seção: Brasil****Autor: Marcos de Moura e Souza | De Toronto****Título: Índios serão consultados sobre mineração, mas não vão decidir, diz ministro**

Abrir as terras indígenas para empresas privadas de mineração. Foi esse um dos principais anúncios que **o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, fez na segunda-feira a investidores e mineradoras no Canadá. A ideia tem sido uma das bandeiras do presidente Jair Bolsonaro (PSL) e está prevista na Constituição de 1988, mas nunca nesses 31 anos, foi regulamentada pelo Congresso.

Ontem, em Toronto, onde participou de um dos principais eventos globais da mineração, o Prospectors and Developers Association of Canada (PDAC), Albuquerque deu mais detalhes dos planos do governo durante entrevista ao **Valor**. "A Constituição é bem clara e também os acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário: as comunidades indígenas têm que ser consultadas."

A consulta, no entanto, não significará - pelos planos do governo - que um povo indígena terá autonomia para vetar ou liberar, por exemplo, a instalação de uma mina de ouro a céu aberto em suas terras. "Isso é um processo, não é chegar lá e dizer eu 'quero minerar na sua terra, posso ou não posso?', disse Albuquerque à reportagem.

"Tem que ser respeitado também o licenciamento ambiental. Tem um processo a ser feito. E aí no momento em que houver, dentro do arcabouço legal, uma decisão por parte de quem quer que seja, ela será tomada."

Terras indígenas demarcadas se estendem por 12% do território brasileiro. E em algumas delas a presença de garimpos ilegais é antiga, conhecida por autoridades e, por vezes, fonte de disputas sangrentas com os índios. Os diamantes nas terras do cinta-larga, em Rondônia, e o ouro nas terras ianomâmi, em Roraima, são dois exemplos.

Para Albuquerque, o caminho é abrir as terras indígenas para empresas de forma que, segundo disse, "traga benefícios para essas comunidades e também para o país". O Canadá é um dos países com experiências já consolidadas de mineração em terras indígenas e que envolve pagamento de royalties a esses povos ou parcerias operacionais com eles.

No Brasil, a discussão tem enfrentado resistência por parte de organizações indígenas, ambientais e de acadêmicos, que lembram dos inevitáveis impactos que um empreendimento de uma grande mineradora, com barragens, escavações, explosões causaria no ambiente, na estrutura social e cultura desses povos, particularmente dos que vivem em áreas mais remotas.

O ministro disse no fim de semana que o governo pretende levar o assunto para debate com organizações, especialistas e, sobretudo, no Congresso. Quais empresas teriam prioridade para iniciar explorações em terras indígenas? Aquelas que antes ainda da Constituição solicitaram autorização para fazê-lo? Ou as que fizeram requerimentos nos anos subsequentes? Ou essa lista seria zerada e criado um novo critério de acesso? "Isso ainda não foi analisado", disse ele.

"O Estado tem que conhecer o potencial mineral das terras indígenas. Claro que nem em todas essas áreas haverá potencial", afirmou Roberto Xavier, diretor-executivo da Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira (Adimb). Para ele, nos casos em que a mineração for viável, as comunidades indígenas teriam de ter uma participação transparente e positiva para elas.

O repórter viajou para Toronto a convite da Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira (Adimb)

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/03/2019

Seção: Opinião

Autor:

Título: Governo não parece ansioso em obter apoio no Congresso

Um debate histriônico nas redes sociais lança uma cortina de fumaça a respeito de ideologias, enquanto que na prática os ministros apontados como exóticos do governo Bolsonaro tem agido com coerência para piorar o que já existe, em especial nas questões ambientais. Polêmicas, essas ações não angariam mais apoio à fundamental reforma da previdência, em tese a prioridade do novo governo.

Ontem, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, anunciou em um encontro com as grandes multinacionais da área no Canadá, que o Brasil pretende permitir atividades de mineração nas áreas indígenas e em zonas de fronteira. Já durante a campanha eleitoral, Jair Bolsonaro prometeu não demarcar mais terras para os índios, enquanto defendia que eles pudessem arrendar suas terras para a iniciativa privada. Eleito, Bolsonaro pensou primeiro

em fundir os ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura. Alguém deve tê-lo convencido de que era ruim para o prestígio do governo e desnecessário para os fins que pretendia. Controles relacionados ao cadastro rural, essenciais para o controle ambiental, foram transferidos para a Agricultura, que, em poder dos ruralistas, passou a ter poder de decisão sobre o assunto. A ministra Damares Alves, em uma pasta de ajuntamentos, ficou com a Funai, direitos humanos e adjacências.

Ricardo Salles, ministro do Ambiente, tem agido com presteza para desmontar a estrutura de vigilância ambiental. Ex-secretário particular do tucano Geraldo Alckmin, ele que criar por decreto uma comissão de conciliação que decidirá sobre a validade, recursos, destino e montantes das multas ambientais. Para tanto, vai nomear dois secretários concursados para avaliar milhares de multas aplicadas pelas 27 regionais do Ibama em território nacional - em 2018, foram 14,5 mil processos (Folha de S. Paulo, 26 de fevereiro). Um outro objetivo é proibir a conversão indireta de multas, modalidade que, com a participação de organizações não governamentais e entidades públicas, permitiu arrecadar R\$ 1,1 bilhão para a recomposição florestal da bacia do São Francisco, mais do que os recursos oficiais destinaram a esse fim desde o início do projeto de revitalização do rio.

Há objetivos claros, e errados, nessas medidas. Um deles é pôr fim à "indústria das multas" que penalizaria o produtor rural, como apontado pelo presidente. Ainda que haja exageros na fiscalização, uma ínfima parcela (5%) dos R\$ 3 bilhões das multas lavradas pelo Ibama é paga, como ocorre com as demais penalidades aplicadas aos grandes produtores. Em blog, o ministro Ricardo Salles insinuou que 40% dos recursos das multas acabam nas mãos das ONGs, cujo poder o governo quer coibir. Não se sabe, além disso, se as multas se propagarão como até agora. Salles exonerou 21 dos 27 superintendentes do Ibama. Em entrevista a "O Globo" o ministro falou que os ocupantes do cargo devem estar alinhados ao governo.

O governo de Jair Bolsonaro age como se tivesse ampla maioria no Congresso e busca uma agenda divisiva que pode levá-lo à ruína. A menor das preocupações de um ministro da Educação, em uma área devastada como essa, deveria ser a do dever cívico de entoar o Hino Nacional, muito menos a de abastecer Brasília com vídeos a respeito e, pior ainda, incluindo slogans da campanha de Bolsonaro. Mais uma vez, o ministro Ricardo Rodríguez recuou, o que não significa que agora se preocupará com os verdadeiros e enormes problemas da pasta. Já Ernesto Araújo, ministro das Relações Exteriores, prossegue em sua tarefa de destruir o Itamaraty, enquanto que nos assuntos graves imediatos o vice-presidente Hamilton Mourão se encarregou de tutelar seu amadorismo e extremismo ideológico.

A sucessão de atos da ala "ideológica" do governo não tem merecido reparos em público do presidente, que já foi alvo de advertências do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, sobre a inconveniência de buscar conflitos em um momento em que a agenda principal, a reforma da previdência, chegou ao Congresso. O próprio Bolsonaro desautorizou o ministro da Economia ao mencionar os pontos que podem ser barganhados no projeto enviado, antes mesmo de ele começar a ser discutido.

Pesquisa Datafolha feita após a vitória de Bolsonaro registrou que ele tinha forte apoio contra a agenda petista, mas que esse apoio não era sequer majoritário na agenda de costumes que o governo agora persegue. Sem maioria segura no Congresso, e com uma coordenação política claudicante, Bolsonaro e seus ministros arruinam as bases com que poderiam governar. A seguir nessa trilha, e nada ainda indica o contrário, não vão longe.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/03/2019

Seção: Opinião

Autor: João Bosco Silva

Título: Por uma Sarbanes-Oxley para a mineração brasileira

As tragédias que temos assistido nos últimos anos no setor de mineração nos mostram a necessidade de mudanças drásticas para estabelecer responsabilidades e preservar a população afetada pelas atividades das empresas. O acidente de Brumadinho mostrou que mesmo após o desastre de Mariana quase nada foi feito para melhorar os sistemas de monitoramento. Nenhuma evolução foi proposta na legislação, nos protocolos de inspeção, nas fiscalizações ou na governança das empresas.

Trabalhei por mais de duas décadas no setor de mineração e acompanhei de perto, como CEO, a gestão de mineradoras que administravam barragens de rejeitos. Não pretendo eximir a responsabilidade de ninguém, apenas colocar na mesa fatores relevantes sobre a atividade mineradora e indicar pontos que precisam ser alterados para que esse tipo de acidente não se torne uma constante.

Antes de mais nada, é importante destacar que a mineração tem grande importância econômica para o Brasil, representando 4% do PIB nacional e sendo responsável por 25% do saldo comercial do país. As cerca de 10 mil minas existentes (87% delas de micro e pequeno porte) geram 180 mil empregos

diretos e mais de 2,2 milhões de empregos indiretos. Alguns Estados dependem muito da indústria mineral - em Minas Gerais, por exemplo, ela representa 10% do PIB; no Pará, 30% - e uma quantidade imensa de municípios tem como principal fonte de renda os tributos pagos pela área mineral.

Um segundo ponto relevante neste contexto é que existem tecnologias seguras para o desenvolvimento da atividade mineradora. Há cerca de 20 anos fui visitar uma operação na Jamaica que já utilizava a técnica de estocagem de rejeitos, na época chamada de empilhamento a seco (dry stack). Esta tecnologia foi aprimorada, não apresenta riscos e não necessita de barragens. Existem diversas tecnologias já utilizadas e em desenvolvimento para reutilização dos resíduos de barragens na fabricação de tijolos e cimento.

Dito isso, acredito que as discussões devem se centrar no aprimoramento da governança do sistema. Para refletirmos, gostaria de fazer uma analogia do momento atual do setor de mineração brasileiro com as fraudes e escândalos contábeis que ocorreram no começo deste século no mercado financeiro americano. Após o caso da companhia de energia Enron, que arrastou a Artur Andersen, responsável por sua auditoria, e na sequência atingiu outras empresas, como a WorldCom, uma solução drástica precisou ser tomada para evitar a fuga de investidores do mercado.

Conselhos precisam criar mecanismos para seguir de perto questões que afetam a segurança da população

Dois senadores, Paul Sarbanes e Michael Oxley, aprovaram uma lei que leva seus nomes que mudou o mercado de capitais americano e a regulamentação das empresas. A lei estabelece mecanismos de auditoria e torna os diretores-executivos e diretores financeiros diretamente responsáveis pela eficácia dos controles internos em relação aos relatórios financeiros e divulgação das informações. Esta mudança fez com que a fiscalização passasse a ser responsabilidade das empresas e os executivos, responsáveis diretos pelas informações.

Proponho a criação de uma "Sarbanes-Oxley da legislação mineral" no Brasil para provocar mudanças no setor tanto nas questões relacionadas às atribuições do Estado quanto na gestão das companhias.

Em relação à governança do Estado, acredito que só deveriam ser autorizadas novas concessões de exploração mineral pelo método de estocagem a seco e as licenças para alteamento de barragens deveriam depender de laudos de pelo

menos duas empresas de renome atestando que a elevação da barragem não compromete a segurança.

Além disso, é necessário mudar o protocolo de análise de acidentes.

Atualmente, há diversos órgãos governamentais investigando o rompimento das barragens, uma grande dispersão de esforços que não deve gerar nenhuma mudança relevante. A análise deveria ser feita por uma equipe multidisciplinar envolvendo especialistas externos que possam analisar as causas básicas do acidente e recomendar correções. Exatamente como acontece em casos de acidente aéreo: os órgãos responsáveis fazem a análise, divulgam os resultados e, se houver erros de projeto, as outras aeronaves são imediatamente corrigidas.

Também é urgente endereçar a situação das minas abandonadas e tornar as pessoas físicas e jurídicas legalmente responsáveis por seu fechamento. Somente em Minas Gerais existem 400 minas abandonadas, segundo a Fundação Estadual do Meio Ambiente. Muitas das empresas faliram, mas existem pessoas físicas que devem responder por elas. Em muitos países, a legislação exige que as empresas provem sua viabilidade econômica antes de iniciar a exploração de uma determinada área. Este é outro ponto a incluir na legislação.

No caso da governança das unidades das empresas, as companhias e seus executivos devem ter a responsabilidade pela fiscalização e monitoramento das barragens. Os CEOs e diretores de operações devem ser os responsáveis legais pelos laudos de segurança das empresas que representam. E quando houver alguma autuação ambiental por qualquer recomendação não implantada, nenhum gestor deve ser premiado com bônus.

Os Conselhos de Administração das empresas também precisam criar mecanismos para seguir de perto questões que afetem a segurança da população e dos trabalhadores, realizando reuniões periódicas para acompanhar reportes internos de controles e riscos e contando também com especialistas externos para realizar testes e garantir a conformidade das barragens.

Neste momento, precisamos de mudanças consistentes para aumentar a transparência do setor e recuperar a confiança da população - e, é claro, dos investidores. Para isso, é preciso que os governantes enfrentem com seriedade as causas dos problemas e que liderem a uma transformação do setor de

mineração no país. E é necessário também que as empresas se responsabilizem e se comprometam verdadeiramente com um novo modelo de atuação, mais responsável e sustentável.

João Bosco Silva é sócio da Cambridge Family Enterprise Group no Brasil, consultoria especializada em empresas familiares. Foi CEO da Votorantim Metais e da Alcan Aluminium do Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/03/2019

Seção: Opinião

Autor: Suely Araújo e Fabio Feldmann

Título: Conversão de multas ambientais em xeque

A institucionalização de regras consistentes para disciplinar a conversão de multas em serviços ambientais foi com certeza um dos maiores avanços na política ambiental nos últimos anos. Prevista desde 1998 em um parágrafo da Lei de Crimes Ambientais (LCA), a conversão de multas foi aplicada esparsamente pelo Ibama, sem uma base normativa sólida, até 2012. A autarquia decidiu então pela suspensão da aplicação da ferramenta devido à ausência de critérios quanto aos serviços a serem abrangidos e pela dificuldade de monitoramento de projetos pequenos espalhados pelo país. Assim que Sarney Filho assumiu em 2016 o Ministério do Meio Ambiente (MMA) pela segunda vez, houve decisão de se retomar o debate do tema, em busca de uma nova conformação para a conversão de multas. Esse esforço levou à edição do Decreto nº 9.179 em outubro de 2017, que alterou o regulamento da LCA.

O novo quadro normativo trouxe como principal aperfeiçoamento a previsão da conversão indireta de multas. A ideia nessa modalidade é viabilizar que recursos de vários autuados possam ser direcionados a um mesmo projeto, potencializando a realização de serviços ambientais estruturantes, com escala significativa, que possam reverter a situação de degradação ambiental de regiões importantes, ou efetivamente contribuir para alterar situações críticas da política ambiental.

A conversão direta de multas, com serviços prestados diretamente pelo autuado, foi mantida, mas o decreto assume a prioridade para a modalidade indireta, quando prevê um desconto maior para quem adere a esta. Na complementação do decreto mediante normativos internos, o Ibama acresceu exigências técnicas e estabeleceu que um programa com periodicidade bienal definirá diretrizes técnicas e locais tanto para a conversão indireta quanto para a direta, a partir de subsídios dados por Câmara Consultiva Nacional que

conta com participação de representantes de órgãos públicos, de setores produtivos e da sociedade civil.

Potencial de recursos é maior do que tudo que foi investido na recuperação florestal na revitalização do São Francisco

A aplicação desse quadro normativo gerou importante chamamento público para seleção de projetos no âmbito da conversão indireta, com apoio em dois eixos. O primeiro visa a recuperação de matas ciliares, nascentes e áreas de recarga de aquífero em dez sub-bacias que contribuem com mais de 70% da vazão hídrica do Velho Chico: Carinhanha (MG/BA), Urucuia, Paracatu, Abaeté, Indaiá, Alto São Francisco, Pará, Paraopeba, das Velhas e Jequitaí, no território de Minas Gerais.

O segundo prevê beneficiar cerca de 5 mil famílias de baixa renda em áreas rurais no médio e baixo Parnaíba, com serviços voltados à implantação de tecnologias sociais de captação, armazenamento e gestão de água, unidades de produção agroecológica e práticas de recuperação e conservação de solo, água e biodiversidade, entre outras ações socioambientais.

O primeiro chamamento público selecionou 34 projetos desenvolvidos por associações sem fins lucrativos, e se encontra nos trâmites finais. Não se incluíram projetos de órgãos públicos nesse chamamento porque ainda está sendo discutida a maneira de repassar esses recursos para entes públicos se não há previsão orçamentária. Até dezembro de 2018, as manifestações formais de interesse dos autuados pela conversão agregavam R\$ 2,8 bilhões em multas.

Com o desconto de 60%, a autarquia já tem R\$ 1,1 bilhão disponíveis, o que é suficiente para todos esses projetos. Esse dinheiro, de natureza privada, não é internalizado de forma alguma no caixa do Ibama ou da União, sai do autuado diretamente para conta garantidora de cada projeto que será administrada pela Caixa Econômica Federal. Apenas com os recursos da fase inicial, a conversão tem potencial de aplicar montantes maiores do que os que foram investidos em recuperação florestal em toda a existência do programa de revitalização do São Francisco.

O potencial da conversão vai muito além disso, pois o Ibama possui grande passivo de multas não pagas.

Matéria da "Folha de São Paulo" do dia 26 de fevereiro traz notícia de mudanças estruturais na conversão de multas em serviços ambientais. Minuta de decreto preparada pelo Ministério do Meio Ambiente revoga os dispositivos que dispõem sobre a conversão indireta de multas. Provavelmente, a proposta vem da notória rejeição do governo atual a parcerias com a sociedade civil. Se resta

alguma dúvida sobre o que ocorrerá com o primeiro e o segundo chamamento público do Ibama atualmente em curso, parece certo que se implodirá o planejamento bienal da conversão aprovado pelo Ibama para o biênio 2019/2020.

Se isso se confirmar, perdem o meio ambiente e o Brasil, que deixará de ter recursos para ações ambientais estruturantes, que jamais serão realizadas com o restrito orçamento do governo. Nunca houve instrumento com tamanho poder de alavancar recursos para ações de proteção e recuperação ambiental.

A opção pela conversão direta implica uma pulverização de atuação de gerenciamento bastante complicado. Por outro lado, a opção por afastar parcerias com organizações sem fins lucrativos implica trazer para o colo do Estado demandas que ele não conseguirá atender. Esperamos realmente que o bom senso prevaleça e que não se alterem as regras que regulam a conversão de multas em serviços ambientais.

Suely Araújo, urbanista, advogada, e doutora em ciência política, foi presidente do Ibama no governo Michel Temer (2016-2018).

Fabio Feldmann, ambientalista e advogado, foi deputado federal constituinte, deputado federal por três mandatos (1986-1998) e secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes, Ivo Ribeiro e Marcos de Moura e Souza | Do Rio, São Paulo e de Toronto

Título: Novo presidente da Vale terá missão de reconstruir empresa

O presidente interino da Vale, Eduardo Bartolomeo, que assumiu no sábado depois do afastamento temporário de Fabio Schvartsman, terá duas prioridades imediatas no comando da companhia, na avaliação de especialistas da indústria de mineração e de fontes ligadas à companhia. A primeira missão será melhorar o diálogo com as autoridades responsáveis pelas investigações de Brumadinho com o objetivo chegar, o mais rápido possível, a um acordo definitivo com as famílias das vítimas da tragédia. O outro foco será reequilibrar a produção de minério de ferro da empresa em Minas Gerais, o que passa por conseguir a liberação de Brucutu, mina importante para a Vale no estado, e ainda das pelotizadoras de Vargem Grande e de Fábrica, que permanecem paralisadas.

A assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) pela Vale com as autoridades a respeito das reparações definitivas de Brumadinho, é considerada

essencial para que a empresa consiga retomar uma situação de normalidade operacional. A Vale, no momento, tem sua reputação profundamente arranhada pelo desastre, e fatos subsequentes, que levou à morte 186 pessoas. Outras 122 ainda são dadas como desaparecidas.

Bartolomeo é visto no setor como um executivo cuja principal característica é a busca pela excelência operacional. "Ele é obcecado com eficiência", disse fonte. Com 54 anos, conhece bem a Vale. Até ser nomeado presidente interino pelo conselho, dia 2, era diretor-executivo de metais, no Canadá. Antes já tinha trabalhado dez anos em diferentes posições de liderança na companhia.

Agora, o executivo terá uma missão mais espinhosa: vai precisar não só injetar oxigênio novo nas discussões com a Justiça, Ministério Público e comunidades afetadas como reorganizar a empresa do ponto de vista operacional. Fonte ligada aos acionistas controladores disse que a Vale vai precisar repensar a maneira de atuar e de deixar de lado atitudes de "soberba".

Pessoas da indústria mineral consideram ainda que a troca no comando deve trazer maior tranquilidade para o ambiente interno da empresa. A avaliação é que vai acalmar parte dos funcionários, que, depois de Brumadinho, passou a questionar se a diretoria-executiva não teria "ignorado" alertas sobre os riscos da barragem. No Canadá, **o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, disse que a Vale terá que arcar com as consequências. "Temos que esperar e, após apresentados os resultados [dos processos administrativos e penais em curso na Agência Nacional de Mineração e no âmbito da Justiça], a empresa vai arcar com as consequências", afirmou.

Impacto de Brumadinho na Vale em Minas Gerais já é de 90 milhões de toneladas/ano, metade do que produz no estado

Um interlocutor da indústria avaliou que talvez fosse adequado a Vale fazer um "mea culpa", o que pode ajudar na interlocução com a força tarefa de Brumadinho, mas esse posicionamento exige achar termos adequados para não expor pessoas, disse a fonte. Ninguém aposta no retorno de Schvartsman e de Peter Poppinga, ex-diretor-executivo de ferrosos, embora seus afastamentos sejam temporários até a conclusão das investigações. No lugar de Poppinga, assumiu Claudio Alves, executivo com larga experiência no mercado de minério de ferro. "Seria dar murro em ponta de faca", disse um executivo do setor referindo-se à possibilidade de Schvartsman e Poppinga reassumirem os cargos no futuro. Ambos apresentaram cartas de afastamento no sábado após a força tarefa de Brumadinho ter feito essa recomendação, na sexta-feira.

O **Valor** apurou que antes da apresentação das cartas o conselho da Vale já tinha decisão de acatar o pedido das autoridades. Partiu do conselho também

indicar Bartolomeo, que chega como interino, mas tem chances de permanecer no cargo, a depender do seu desempenho e de mudanças previstas para acontecer na Vale até o fim de abril (*ver matéria abaixo*). Para fontes ouvidas, ele chega com força por não ser um "outsider" da mineração e por ser alguém que não estava envolvido até agora com o caso Brumadinho. Por outro lado, com a empresa sob intervenção do Comitê Especial de Investigação - um dos comitês criados após a tragédia -, Bartolomeo terá suas decisões como CEO limitadas, na visão de outra fonte. "Ele tem a desvantagem de não ter a sua diretoria [própria]." A condição de interinidade também não favorece.

Bartolomeo também vai precisar restabelecer a todo custo a confiança nas barragens, além de efetivar o processo de descomissionamento de várias barragens anunciado. A avaliação de fontes é que a Vale, mesmo que implemente outra tecnologia para os rejeitos, isso vai demandar um bom tempo.

No lado operacional, o impacto de Brumadinho na Vale em MG já é de 90 milhões de toneladas, diz outra fonte, metade do que a empresa produzia no estado. A desorganização da produção no estado vai além das duas pelletizadoras, Fábrica e Vargem Grande (11 milhões de toneladas). Atinge também o complexo de pelletização de Tubarão, ao lado de Vitória (ES). Um quinto do minério de Brucutu (que faz 30 milhões de toneladas por ano) era enviado para lá.

Devido ao desastre, a Vale começa a trazer pelotas de São Luís para atender Usiminas, Ternium, CSN e Gerdau. Clientes externos também são afetados: a empresa está deixando de abastecer o mercado com esse produto, gerando fortes aumentos de preço.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes e Ivo Ribeiro | Do Rio e São Paulo

Título: Acionistas discutem mudanças de nomes para conselho

A necessidade de a Vale repensar a sua forma futura de atuação passa, diretamente, pelo conselho de administração da companhia, instância em que estão representados os sócios controladores e no qual há também conselheiros independentes, além de um representante dos trabalhadores. Cabe ao conselho, formado por 12 integrantes, definir as diretrizes e as políticas de negócios da mineradora. Com a mudança de governo, em janeiro, já se previa como "natural" que houvesse alterações no conselho da Vale. A tragédia de

Brumadinho, em 25 de janeiro, levou à discussão sobre a abrangência dessas mudanças a curto prazo.

A Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Vale está marcada para 30 de abril. Um mês antes, no fim de março, a companhia terá que divulgar o manual da assembleia com os nomes indicados ao conselho. Os integrantes do conselho têm mandatos vencendo na AGO de abril de 2019. Mas não está claro neste momento se poderá haver uma troca mais ampla ou se as mudanças serão pontuais. "Começou uma voz mais forte [no conselho] de não mudar tanto agora", disse uma fonte ligada aos acionistas.

Os controladores da Vale - os fundos de pensão estatais, liderados por Previ (Banco do Brasil); BNDES, Bradespar e Mitsui - já tinham uma análise das competências dos integrantes do conselho de administração antes mesmo de Brumadinho. Havia o entendimento que o conselho é formado por muitas pessoas com perfil financeiro, e se avaliou pela necessidade de ter profissionais com perfis mais plurais, incluindo pessoas da área de sustentabilidade e de risco, além de executivos que já tenham exercido o papel de CEOs em outras companhias. A essa análise se soma avaliação segundo a qual o conselho precisa de pessoas ligadas diretamente à mineração.

Há, portanto, um reconhecimento de que o conselho da Vale deveria expressar maior diversidade, embora haja comitês temáticos formados por especialistas. Há, no entanto, quem tenha outra visão: "Se fosse assim precisaríamos de um conselho com umas 25 pessoas para suprir todas as especialidades que a Vale tem", disse uma fonte.

Em 2017, a Vale migrou para o Novo Mercado, e incorporou dois conselheiros independentes: Sandra Guerra e Isabella Saboya. Sandra e Isabella são especialistas em governança corporativa, mas não tinham experiência prévia em mineração. Não está claro se elas devem tentar a reeleição na AGO de abril. O que parece certo é que haverá troca de dois nomes indicados pela Previ. Gueitiro Genso, ex-presidente da fundação e atual presidente do conselho da Vale, e Dan Conrado, também indicado pela Previ, devem ser substituídos pelo atual presidente da fundação, José Maurício Coelho, e pelo presidente do conselho deliberativo da Previ, Marcio Hamilton Ferreira. A Previ tem três vagas no conselho, sendo que o terceiro integrante, Marcel Juviano Barros, deve ser reconduzido para outro mandato.

Outro nome que deixará o conselho da Vale é Eduardo Guardia, ex-ministro da Fazenda de Michel Temer, que foi contratado pelo BTG Pactual. No caso do BNDES, a BNDESPar, braço de participações acionárias do banco, o representante é Ney Brito, especialista em riscos financeiros. Brito entrou no lugar de Eduardo Bartolomeo, agora indicado presidente interino da Vale e que na época representava o banco no conselho. Também não está claro se Brito permanecerá no conselho da Vale.

Uma fonte próxima dos acionistas disse que a decisão que for tomada por um controlador da Vale vai afetar as decisões dos demais. Embora não tenha mais controle de direito desde a migração para Novo Mercado, a empresa ainda tem controle de fato, pois existe um acordo de acionistas em vigor. A Bradespar, braço de participações do Bradesco, também deve trocar a conselheira Denise Pavarina, que se aposentou na instituição. A tendência, portanto, é que a Bradespar indique um novo nome. Os japoneses da Mitsui também podem trocar um de seus dois conselheiros. Existe ainda um representante dos trabalhadores no conselho da Vale, Lucio Azevedo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Toronto

Título: Exploração de urânio será aberta a investimentos privados, diz ministro

Limitada à atividade estatal, a exploração de urânio no Brasil passará para as mãos de empresas privadas como tentativa de ampliar a produção e a pesquisa de novos depósitos. A decisão foi apresentada pelo **ministro das Minas e Energia, Bento Albuquerque**, em um tradicional encontro da indústria de mineração em Toronto. Os planos foram bem recebidos por empresas internacionais de exploração e produção de urânio porque o potencial do país ainda é, em grande medida, desconhecido, o que parece aguçar interesses no setor. A cotação do urânio, no entanto, não tem animado muito as empresas a embarcarem em novos projetos nos últimos anos.

Albuquerque falou sobre os planos de abertura na segunda-feira durante uma apresentação a investidores e a executivos de mineração em uma das sessões do Prosperctors and Developers Association of Canada (PDAC). Ontem, em entrevista ao **Valor**, ele deu mais detalhes sobre como o governo de Jair Bolsonaro (PSL) quer tratar do tema.

"O Brasil é um dos poucos países do mundo que domina a tecnologia nuclear e que tem grandes reservas de urânio", disse ele. "Infelizmente o país, há quase seis anos, não faz mineração de urânio por diversas questões e veja que temos a sexta maior reserva de urânio do mundo, tendo um terço do território prospectado", acrescentou. "Eu considero isso um absurdo."

Toda a atividade de urânio no país é feita somente pela estatal Indústrias Nucleares do Brasil (INB).

"O que nós estamos procurando fazer é que o Estado tenha condições de controlar e fiscalizar e que incentive investimentos para que a gente possa explorar essa riqueza", afirmou o ministro, que é almirante da Marinha e tem no currículo experiência com pesquisas relacionadas à energia nuclear.

A mudança da legislação para permitir a entrada de players privados no negócio de urânio no Brasil é um tema que já defendido no Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro, de acordo com o ministro. "Agora temos que implementar as ações para que aquilo que tiver que passar pelo Congresso para a flexibilização", disse.

Urânio é monopólio da União, conforme diz a Constituição. "Da mesma forma que o petróleo, mas isso pode ser flexibilizado porque o Estado tem o poder de controlar e fiscalizar para que esse empreendimento possa ser feito por empresas privadas."

O **Valor** ouviu alguns executivos de empresas de urânio no Canadá que participavam do PDAC. Para David Cates, CEO da Denison Mines, a decisão do Brasil é uma boa notícia. Embora não tenha informações sobre qual potencial do país, ele vê que a abertura planejada pode vir a atrair investimentos estrangeiros quando o mercado estiver mais atraente.

Nos últimos dez anos, o Cazaquistão vem mudando o mercado de urânio globalmente, com uma oferta do mineral com baixo custo de produção. O Canadá, que era líder absoluto, acabou desbancado. A nova e ampla oferta asiática acabou influenciando, juntamente com a crise financeira global, nos preços. A libra do urânio que chegou a US\$ 137 em 2007 despencou para US\$ 17 e hoje ronda dos US\$ 28. Minas importantes no Canadá e em outros países fecharam as portas porque os custos de produção não compensavam os preços de venda.

Jordan Trimble, CEO da SkyHarbour Resources, diz que pode ser um atrativo adicional o fato de o negócio de urânio ser por tanto tempo monopólio estatal. "É sempre uma oportunidade quando um monopólio estatat antigo é aberto

porque as novas tecnologias e o capital privado podem revelar muito bons que não eram até então conhecidos", disse.

Repórter viajou a convite da Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira (Adimb)

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Maria Luíza Filgueiras | De São Paulo

Título: CSN contrata Citi para venda antecipada de US\$ 1 bi de minério

A siderúrgica CSN contratou o banco Citi para encontrar um comprador para seu fluxo futuro de minério de ferro, conforme duas fontes. O valor pretendido no mandato supera US\$ 1 bilhão.

Esse negócio é parte fundamental da estratégia de desalavancagem da CSN. "O streaming [venda antecipada de minério] é determinante para a companhia levantar capital e é um montante mais relevante do que a transação com a Glencore ", diz uma das fontes.

"O ideal é fazer em uma tranche de pouco mais de US\$ 1 bilhão, mas há a alternativa de dividir em duas tranches", reforçou a outra fonte. Procurados, Citi e CSN não quiseram comentar.

A companhia fechou há cerca de dez dias um contrato de fornecimento de minério de ferro para a Glencore por US\$ 500 milhões. Conforme um executivo com conhecimento do assunto, a nova transação não é simples, dado seu alto valor e questionamentos diversos de potenciais parceiros sobre questões operacionais da CSN - como a situação de suas barragens.

A CSN havia prometido aos investidores reduzir sua alavancagem abaixo de 4 vezes a geração de caixa no ano passado - o que não aconteceu. Este ano, o controlador e presidente da companhia, Benjamin Steinbruch, renovou a meta e quer fechar 2019 com alavancagem de 3,5 vezes o Ebitda. A alavancagem fechou o ano de 2018 em 4,55 vezes, ajudada pelo preço mais alto do minério de ferro. Em 2017, estava em 5,66 vezes.

Outros processos de tentativa de vendas de ativos já foram sinalizados pela companhia. As operações que detém na Alemanha e em Portugal, por exemplo, foram colocadas na lista prioritária de vendas. A CSN deu esses mandatos ao banco Jefferies no ano passado.

Na sexta-feira, as ações da CSN aceleraram a alta após a publicação da informação do novo mandato antecipada pelo serviço de informações em tempo real **Valor PRO**. Encerraram o pregão com valorização de 5,2%. No ano, as ações da CSN acumulam 49,4%.

A siderúrgica fechou o ano passado com receita líquida 24% maior, a R\$ 22,97 bilhões, e lucro líquido de R\$ 5,2 bilhões - ante R\$ 111 milhões no ano anterior.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/03/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Paranapanema projeta

A Paranapanema projeta produzir em 2019 de 160 mil a 180 mil toneladas de cobre primário, conforme comunicado divulgado na sexta-feira. A empresa também estima produzir entre 135 mil e 150 mil toneladas de fios e vergalhões e aproximadamente 40 mil toneladas de demais produtos de cobre, nas três unidades de Dias D'Ávila (BA), Santo André (SP) e Serra (ES).

Eletrobras paga BR

A BR Distribuidora recebeu a décima parcela de um total de 36 da negociação com a Eletrobras, no valor de R\$ 130 milhões. O montante já recebido soma R\$ 1,9 bilhão. Em abril passado, a Eletrobras assinou instrumentos de confissão de dívidas (ICDs) com a BR Distribuidora, no valor de R\$ 4,6 bilhões, relativos a contratos de fornecimento de derivados para a geração de energia no Norte do país.

Petrobras vende campos

A Petrobras iniciou a fase vinculante do processo de cessão de suas participações em três campos terrestres do Polo Lagoa Parda - Lagoa Parda, Lagoa Parda Norte e Lagoa Piabanha -, em Linhares (ES). Os interessados habilitados na fase anterior receberão cartas-convite com instruções detalhadas sobre o processo de desinvestimento. A Petrobras tem 100% de participação nos três campos.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 06/03/2019****Seção: Finanças****Autor: Juliana Machado | De São Paulo****Título: Vale concentra atenção do investidor na volta do feriado**

O afastamento de Fabio Schvartsman do comando da Vale e de outros três diretores anunciado no sábado deve movimentar as ações da mineradora na bolsa local hoje, com a retomada das negociações após dois dias fechada por causa do feriado de Carnaval. Apesar da forte instabilidade que tomou conta dos papéis da Vale negociados em Nova York, o saldo do ajuste no mercado local tende a ser positivo, em linha com o exterior.

Na segunda-feira, primeiro dia de negociação após o anúncio, os recibos de ações (ADRs) da Vale negociados em Nova York passaram boa parte da sessão em baixa. O ADR chegou a cair quase 4%, mas acabou fechando praticamente estável, com alta de 0,24%. Ontem, o avanço ficou próximo de 2%.

O bom humor dos investidores favoreceu o desempenho dos ativos brasileiros de um modo geral no exterior. Ontem, o maior fundo de índice (ETF) de papéis brasileiros, o iShares MSCI Brazil Capped Index, conhecido como EWZ, subiu 0,76%.

A saída temporária de Schvartsman da companhia, segundo analistas, atende a uma demanda para acalmar os ânimos da opinião pública e garantir a continuidade das atividades da empresa. Ele será substituído interinamente por Eduardo Bartolomeo, executivo que tem dez anos de empresa.

Para Álvaro Frasson, analista da Necton, a mudança é positiva porque mostra que a companhia está comprometida em atender demandas das autoridades e da força-tarefa que a investiga após o rompimento da barragem da companhia em Brumadinho (MG), no fim de janeiro. "A empresa está atuando para tentar recuperar a credibilidade."

Ele pondera, contudo, que Bartolomeo vai precisar buscar uma interlocução maior com os investidores, a fim de sinalizar o que pensa sobre a condução da Vale, sobretudo em relação à manutenção das margens de lucro. "Schvartsman tinha uma proximidade muito grande com o mercado e foco na parte financeira, enquanto Bartolomeo tem atuação mais voltada às operações da empresa. Talvez isso deixe o mercado com um pé atrás."

Em comentário enviado a clientes, o Morgan Stanley disse que o afastamento temporário de Schvartsman não foi uma completa surpresa e a indicação de Bartolomeo é positiva. Mesmo assim, prossegue o banco, a mudança não era

um consenso no mercado e por isso os ativos tiveram ajuste negativo logo depois da notícia. A recomendação do Morgan Stanley para a Vale é atualmente "neutra".

Também em relatório, o HSBC afirmou que o afastamento do então presidente da mineradora era previsto, mas veio mais cedo do que o esperado. Embora temporária, a mudança é o primeiro passo na remoção permanente dos executivos depois da pressão pública sobre a companhia, de acordo com o banco.

"A Vale é uma empresa eficiente e vai se recuperar no longo prazo, mas o investidor precisa ponderar muito o seu perfil e o horizonte de investimento, porque o papel terá volatilidade no curto e médio prazo", alerta Frasson, da Necton.

Além das incertezas geradas pela troca de comando, a Vale ainda tem de lidar com os desdobramentos, inclusive jurídicos, do desastre em Minas Gerais.

(Colaboraram Rita Azevedo e Marcelle Gutierrez)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 06/03/2019

Seção: Colunas

Autor: Daniela Lima

Título: Tente outra vez

Painel

Na esteira da tragédia em Brumadinho (MG), a Câmara pretende elaborar um novo Código de Mineração. A pedido da bancada mineira, Rodrigo Maia (DEM-RJ) autorizou a instalação de uma comissão especial para discutir mudanças no marco regulatório do setor, em vigor há mais de 50 anos.

Última que morre

A Casa tenta, sem sucesso, revisar a legislação desde 2011. "Do jeito que está, só as mineradoras levam vantagem", diz o deputado Lafayette de Andrada (PRB-MG)

com Thais Arbex, Julia Chaib e Mario Cesar Carvalho

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 06/03/2019****Seção: Colunas****Autor: Maria Cristina Frias****Título: Empregados da Vale poderão receber menos indenizações que outras vítimas**

Mercado Aberto

A Vale pedirá, na Justiça, que se verifique a regra que fixa um teto para a indenização por danos morais no caso dos funcionários que morreram em Brumadinho (MG), segundo um advogado que atende a mineradora.

Desde a reforma trabalhista, o valor máximo desse pagamento deve ser de 50 vezes o salário que o empregado recebia. Essa norma é contestada no Supremo, mas, enquanto não há decisão, ela é válida, de acordo com ele.

Caso a Justiça entenda que houve responsabilidade objetiva da Vale, segundo o advogado, a empresa poderá pedir a observação dos limites previstos, e que não foram criados pela empresa, mas pelo legislador, frisa.

O advogado reconhece que vítimas que não eram funcionárias poderão vir a receber indenizações maiores .

A Vale anunciou em fevereiro um acordo com autoridades de Minas Gerais.

Por ele, a empresa pagará um adiantamento da indenização a cada mês, durante um ano, o equivalente a um salário mínimo por adulto, meio por adolescente e um quarto para crianças.

Além disso, ela vai arcar com multas administrativas que, somadas, alcançam cerca de R\$ 99 milhões.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 06/03/2019****Seção: Mercado****Autor: SÃO PAULO****Título: Ministro de Minas e Energia diz que governo avalia autorizar mineração em terra indígena**

Bento Albuquerque afirmou também que há estudos para alterar legislação do setor nuclear

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou nesta segunda-feira (4) que o governo estuda autorizar a exploração mineral em terras indígenas e alterar a legislação para flexibilizar pesquisa e lavra de minérios nucleares no país.

Para o ministro, as restrições atuais atrapalham o desenvolvimento.

“Pretendemos avaliar a possibilidade de ampliar o acesso aos recursos minerais existentes em áreas restritivas a mineração, como as terras indígenas e a faixa de fronteira”, disse Albuquerque em evento sobre mineração no Canadá.

A Constituição de 1988 prevê mineração em terras indígenas, mas só após regulamentação específica pelo Congresso, ainda inexistente após três décadas, e consulta às etnias afetadas.

“As restrições aplicadas a essas áreas não têm favorecido seu desenvolvimento. Ao contrário, elas se tornaram focos de conflitos e de atividades ilegais que em nada contribuem para seu desenvolvimento sustentável e para a própria soberania e segurança nacional”, disse o ministro.

Segundo ele, o governo pretende, em breve, convocar consulta com populações indígenas, sociedade organizada, agências ambientais e o Congresso para tratar do assunto.

Desde a campanha eleitoral, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que pretende rever a demarcação de terras indígenas e que a terra indígena Raposa Serra do Sol é a “área mais rica do mundo”, podendo ser explorada “de forma racional, dando royalty e integrando o índio à sociedade”.

Albuquerque disse ainda que o governo quer avaliar a legislação do setor nuclear.

“Pretendemos ainda estudar e avaliar a alteração do arcabouço legal do setor nuclear, com vistas à flexibilização da pesquisa e da lavra de minérios nucleares, bem como a criação de condições para que o investimento privado possa desenvolver o setor”.

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/03/2019

Seção: O País

Autor: PATRIK CAMPOREZ

Título: Contexto - Da proibição de barragens à paleontologia

O número recorde de projetos abrange os mais variados temas, boa parte deles vinculados a recentes fatos ocorridos no país, como a tragédia de Brumadinho, em Minas Gerais. O deputado Helio Lopes (PSL-RJ) apresentou proposta de emenda à Constituição que tenta proibir a construção de barragens de rejeito com a utilização do método “a montante” — aquele utilizado na barragem da Vale em Brumadinho. O deputado lembra que existem no Brasil, atualmente, 218 barragens de rejeito de mineração (de um total de cerca de 800) que são classificadas como “de alto dano potencial associado’.

Em outro projeto sobre o tema, Jesus Sérgio, do PDT do Acre, quer que o órgão fiscalizador seja obrigado a instalar um serviço de disque-denúncia para as pessoas relatarem a existência de barragens em situação de risco. O deputado também quer que os proprietários de barragens ou diretores de empresas e empreendimentos minerários sejam obrigados a assinar, em conjunto com os responsáveis técnicos, todos os documentos relativos à segurança das barragens — tornando-se assim co-responsáveis por qualquer tragédia. Pelo menos 11 projetos da atual legislatura tratam de barragens.

Nas listas das propostas apresentadas há assuntos de interesse específico, como projeto apresentado pelo deputado João Roma (PRB-BA). Ele quer instituir o Dia Nacional do Paleontólogo — a ser comemorado no dia 7 de março de cada ano. Para tentar emplacar a proposta, o deputado justifica que a paleontologia, “ciência que estuda o passado e nos traz evidências científicas da evolução dos seres vivos, é muito importante na indústria de petróleo’.

MME / ASCOM .